

Atendimento médico para todos

05 OUT 2005

JORNAL DE BRASILIA

05 2005

HÉLIO CAMPAGNUCIO

Saúde

Cerca de 500 municípios brasileiros, especialmente aqueles localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, não contam com um médico sequer. Outras 3 mil localidades no interior tem número insuficiente de médicos. O quadro da saúde pública no Brasil é preocupante, pois embora se gaste cada vez mais recursos, mais de 80 milhões de brasileiros estão à margem de qualquer atendimento médico. Vale lembrar que o Brasil ocupa o 124º lugar em qualidade de saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde. O modelo de saúde predominante – curativo e comercial – é voltado para poucos milhões de habitantes, deixando grande parte dos brasileiros sem qualquer atendimento médico.

E temos como melhorar esse quadro? Entendemos que sim. É só lembrarmos dos programas de medicina preventiva, implantados nos últimos anos, por governos das mais diferentes matizes ideológicas e partidárias, batizados como Saúde em Casa, Médico da Família e etc., que se constituíram em experiências exitosas e com resultados altamente positivos. Nessa área específica de prevenção e atenção integral à saúde, temos um excelente exemplo: a medicina cubana, reconhecida mundialmente por sua eficiência e eficácia na prevenção e tratamento das mais diferentes enfermidades e pelos excelentes médicos que forma, exportando-os inclusive para mais de 70 países.

Nesse contexto, é importante registrar que sem qualquer ônus para o Brasil, e sem qualquer apoio oficial, existem hoje mais de 600 brasileiros estudando e formados em medicina naquele país. São jovens preparados, que sonham em retornar ao nosso País e servir ao povo brasileiro, praticando uma medicina ética, humana e solidária, que aprenderam e vivenciaram durante mais de seis anos de curso de excelente qualidade, comparável aos melhores cursos médicos nacionais, com aulas em horário integral e longe de suas famí-

lias, voltados para essa medicina social de que tanto precisamos. São negros, índios, brancos e mulatos e em sua maioria oriundos de famílias pobres, que não teriam condições de estudar no Brasil. Em comum a consciência social e a vontade de servir a todo esse contingente de brasileiros não atendidos pelos médicos aqui formados.

Esses jovens médicos brasileiros formados em Cuba, mais do que aprender a diagnosticar doenças e a curá-las, aprendem que um paciente não é um conjunto de órgãos nem uma fonte de lucros. Aprendem que o médico deve analisar o paciente integralmente, pois muitas vezes uma atenção é todo o remédio que um ancião solitário necessita e que o médico deve trabalhar ao lado da população em prol da saúde comunitária.

Mas o que os impede de ter acesso ao mercado de trabalho? Precisam ter os seus diplomas revalidados por uma universidade pública, como previsto na Resolução nº 1, do CNES. O normativo, entretanto, delega às universidades excessivo nível de discricionariedade, de modo que as provas são direcionadas à reprovação por exigirem, muitas vezes, conteúdo acima daquele cursado na graduação médica em nosso País e exigir um mínimo de 70% de acerto nos testes. Essas provas são aplicadas exclusivamente para os brasileiros que estudaram no exterior e, como consequência, são usados artifícios discriminatórios como a cobrança de taxas de inscrição que vão desde R\$ 1 mil até R\$ 5 mil, retenção de documentos por até três anos, exigências documentais absurdas, negativas de inscrições sem fundamentos e a aplicação de provas, ou a sua não aplicação, a critério das universidades, sem nenhum controle.

Estes abusos e desvirtuamentos da prerrogativa de revalidar diplomas, delegada pelo Ministério da Educação, refletem o total distanciamento de algumas universidades da realidade brasileira, a influência de interesses corporativos e econômicos no processo, o que compromete seriamente a tese de autonomia universitária que todos defende-

mos, e penaliza não só algumas centenas de alunos e suas famílias, mas, especialmente, milhões de brasileiros que habitam as regiões interioranas e inóspitas, que poderiam estar sendo atendidos pelos médicos formados em Cuba, se o processo de avaliação e revalidação dos diplomas fosse justo, transparente e isento. Por que, como brasileiros, não podem se submeter às provas aplicadas para os que aqui se formam? Por que cobram R\$ 1 mil, R\$ 5 mil de inscrição para a revalidação, quando é do conhecimento que a maioria desses jovens são de origem humilde? Por que esse processo não é regular em todas as universidades como o vestibular, que é realizado duas vezes por ano?

Vale registrar que os médicos brasileiros formados em Cuba não tirarão empregos e nem serão concorrentes dos médicos formados no Brasil. Ao contrário, ao atuar nas regiões não atendidas pelos bons médicos aqui formados, ter-se-ia uma atuação complementar altamente positiva para o nosso País. Desejam apenas ser tratados como brasileiros que são e ter as mesmas oportunidades dos que aqui se formam. Querem trabalhar e salvar vidas.

Temos convicção de que enquanto tivermos um só brasileiro com fome, sem moradia e sem atendimento médico não poderemos nos conformar e aceitar que interesses escusos se sobreponham aos da Nação e do povo brasileiro. Todos nós devemos e podemos lutar para que todos possam viver com dignidade, inclusive com acesso ao atendimento médico. Tal objetivo não depende exclusivamente de recursos financeiros, mas, em boa parte, de vontade política e da ação dos homens de bem. Os jovens médicos formados em Cuba querem fazer a sua parte. E lutar pelo direito de que eles possam exercer as suas profissões é lutar pelo atendimento médico, ético, humano e solidário, para todos os brasileiros.

HÉLIO CAMPAGNUCIO é secretário da Associação de Pais e Amigos dos Estudantes Brasileiros em Cuba.